

Mais eficiência no ensino

3 - MAI 1991

por Claudia de Souza
de São Paulo

O governo de São Paulo anuncia, na segunda-feira, um conjunto de intenções na área do ensino — a ser consubstanciadas por uma suplementação orçamentária, segundo apurou a repórter Maria Hirschman. Com exceção talvez da pretendida difusão do sistema de CIEP (as escolas de período integral implantadas no Rio) ao resto do País, trata-se de uma primeira sinalização, se colocada em prática, para uma eventual reforma ampla do ensino brasileiro.

São propostas similares às que estão no momento sendo tocadas e amplamente discutidas em países como a Grã-Bretanha e os Estados Unidos — já que não são privilégio brasileiro os problemas de perda de competitividade no mercado mundial, derivados

da má performance nos seus sistemas de ensino.

A atual administração de São Paulo pretende, por exemplo, introduzir mecanismos de avaliação de desempenho dos professores para garantir maior eficiência em oposição ao que acontece agora, os professores sendo avaliados exclusivamente por assiduidade e tempo de serviço, para cálculo de benefícios. Nos Estados Unidos, a reforma educacional proposta pelo governo federal vai mais longe, sugerindo pagamento diferenciado aos professores que ensinam as matérias básicas, aqueles que obtiverem resultados excepcionais e aqueles que trabalham em áreas consideradas perigosas.

O governo de São Paulo parte da premissa, porém, de que deve ser garantida, no longo prazo pelo menos, a recuperação salarial. Um passo fundamental para a

melhor performance, reivindicado também na Grã-Bretanha, onde os salários dos professores na última década perderam significativamente para outras profissões liberais.

O treinamento de professores, que o governo britânico pretende implementar financiando diretamente as escolas, na intenção de retirar das universidades o monopólio na área, também está sendo considerado instrumento essencial pelo governo paulista. Uma iniciativa que tem apresentado resultados e está na mira da Secretaria da Educação vem sendo tocada na Universidade de São Paulo. Trata-se da recapacitação de professores de 2º grau, conduzida por professores universitários, que vêm reelaborando o currículo de disciplinas como Física, Matemática, Química e Biologia. Conforme relata a repórter Marcia Beatriz de Chiara, o Grupo de Reelaboração de Ensino de Física, por exemplo, já conseguiu que metade de seus professores "aplicadores", na rede pública estadual, das mudanças que recomenda tenha começado a cursar o Mestrado em sua área.

A administração paulista também pretende ampliar e fortalecer uma antiga proposta, que vem da administração Montoro, de municipalização das escolas estaduais. Por livre adesão, governos municipais e membros da comunidade assumem a administração e gestão das verbas. Com autonomia, as escolas estarão mais próximas de

GAZETA MERCANTIL

garantir maior eficiência dos professores, insumos mínimos e atendimento a pressão dos pais — sem dúvida, a mais eficaz para garantir um bom padrão no ensino. Trata-se de um movimento que vem sendo feito na Grã-Bretanha, com a possibilidade de pais e professores optarem por tirar sua escola da rede pública e que, porém, tem encontrado resistências: ao eximir-se o governo central, argumentam os críticos, muitas escolas correm o risco de ficar à míngua de recursos.

(Ver página 18)

Apesar de o Estado de São Paulo oferecer vagas para 90% das crianças em idade escolar — índice de escolarização que o aproxima dos países do Primeiro Mundo —, a qualidade do ensino no estado está bem abaixo dos padrões internacionais. Elevadas taxas de repetência e evasão, além de capacitação insuficiente dos docentes, marcam o ensino paulista.

(Ver página 18)